



04 DE FEVEREIRO 2009
Quarta-feira

- **CHOQUE APAGOU BRILHO DO 1.º SEMESTRE**
 - Entrevista concedida pelo Presidente do SINDIMETAL/ PR
- **MEDO DE PERDER EMPREGO MOTIVA ACORDO DE REDUÇÃO SALARIAL**
- **INDÚSTRIA TEM QUEDA RECORDE DE HORAS TRABALHADAS EM DEZEMBRO**
- **CUT E PEQUENAS INDÚSTRIAS FAZEM ACORDO PARA MANTER EMPREGOS**
- **DESEMPREGO CRESCE PELO 2.º MÊS SEGUIDO NAS FÁBRICAS, DIZ CNI**
- **GM ANUNCIA COLETIVAS PARA MIL EM SP**
- **GM AJUSTA PRODUÇÃO E PREVÊ JURO MENOR**
- **QUEDA NA PRODUÇÃO BRASILEIRA EM DEZEMBRO É A MAIOR DA HISTÓRIA**
- **INDÚSTRIA TEVE QUEDA DE 12,4% EM DEZEMBRO**
- **LULA ADMITE RETRAÇÃO ECONÔMICA APÓS QUEDA DA INDÚSTRIA**
- **JUROS DEVEM CAIR MAIS RAPIDAMENTE**
- **AJUSTES PROSEGUEM APÓS QUEDA RECORDE DA INDÚSTRIA**
- **MONTADORAS DOS EUA PAGAM PARA FUNCIONÁRIO PEDIR DEMISSÃO**
- **METAIS DÃO PRIMEIROS INDÍCIOS DE REAÇÃO**
- **SÚMULA VINCULANTE PERMITE REDUÇÃO DE DÍVIDAS PARCELADAS**
- **REGULAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL: CÂMARA PROMETE SANAR LACUNAS**
- **SEGURADO PERDE CARTEIRA DE TRABALHO MAS CONSEGUIU SE APOSENTAR**

Câmbio		
Em 03/01/2009		
	Compra	Venda
Dólar	2,313	2,314
Euro	2,993	2,995

04/02/2009 – Gazeta do Povo



Recauchutadora de pneus sentiu a crise na pele: com produção menor, os caminhões rodam menos e a demanda cai

Quem vê a curva descendente de sua produção retratada nas tabelas do IBGE tenta explicar o que houve em 2008: “tivemos um primeiro semestre, mas não tivemos o segundo”, diz o presidente do Sindicato das Indústrias de Borracha do Paraná (Sindibor-PR), Antonio Cláudio Vieira. Depois de seis meses de euforia e de produção recorde, a indústria sofreu o impacto da crise econômica global, a partir de setembro.

“A conversa se inverteu”, conta Vieira. “Em junho, comentava-se que ia faltar matéria-prima. Depois, começou a sobrar, os preços baixaram e o mercado ficou bem desaquecido.” Vieira é diretor da Taquarense, empresa que faz recauchutagem de pneus e fabrica artefatos de borracha. Seus clientes são transportadoras, mineradoras, construtoras e empresas do setor agrícola. A equação dos últimos meses é simples: quanto menor a produção, menor o volume de transporte e menos pneus são necessários.

O setor de metalurgia foi atingido em cheio pelas vendas menores das montadoras. **“De setembro em diante, foi uma loucura”, lembra o presidente do Sindicato da Indústria Metalúrgica do Paraná (Sindimetal-PR), Roberto Karam.** Em dezembro, a queda nas vendas, segundo ele, foi de cerca de 40% em relação a setembro. **“Se a montadora para, os fornecedores param também. E em dezembro, todas, sem exceção, deram férias coletivas. Qual era a opção?”**

Mesmo quem trabalhava com outros clientes que não montadoras sentiu a retração. A Igasa Autopeças, indústria de São José dos Pinhais que produz peças de reposição,

reduziu a produção em cerca de 13% no fim do ano passado, e está formando estoque para evitar cortes mais drásticos. "Estamos queimando gordura", comenta o diretor industrial da empresa, Edgar Gonçalves Júnior. "A crise atrapalha porque falta dinheiro para o povo. Se a pessoa bate o carro, em vez de comprar uma peça nova, vai ao martelinho de ouro."

Otimismo

Apesar da retração registrada no ano passado, Vieira, do Sindibor-PR, prevê que 2009 não seja tão ruim quanto se pinta. "Vamos ter um ano de dificuldades, mas não vai ser tão tenebroso quanto no mercado internacional. Temos um mercado grande que está em expansão, e temos de trabalhar para que nossa economia continue ativa e não pare."

O **presidente do Sindimetal-PR** segue o mesmo raciocínio. Segundo **Karam**, os níveis de produção da indústria metalúrgica estão voltando aos patamares de 2007, o que não é necessariamente ruim. **"Apesar de haver uma queda acentuada, nós não estamos entrando numa recessão. O setor vai voltar a crescer, mas não mais a 6% ao ano, e sim a 2% ou 1,5%."**

MEDO DE PERDER EMPREGO MOTIVA ACORDO DE REDUÇÃO SALARIAL

04/02/2009 – Gazeta do Povo

O medo de perder o emprego é o que faz a maioria dos trabalhadores aceitar acordos de redução de jornada de trabalho e salários. Essa é a avaliação feita por economistas e líderes sindicais, com base na pesquisa CNT/Sensus divulgada ontem e que mostra que 50% dos entrevistados são favoráveis à diminuição da jornada e dos salários, como forma de enfrentar a crise econômica internacional, e que apenas 38,9% são contrários à medida.

O presidente da Central Única dos trabalhadores (CUT), Artur Henrique, é um dos que são contrários à medida. Para ele, o resultado da pesquisa da CNT/Sensus não poderia ser outro. "Dependendo de como a pergunta é feita já se tem a resposta. É óbvio que um trabalhador prefere um salário menor ao desemprego", ironizou. "Agora, se você perguntar se o trabalhador prefere redução salarial ou medidas como férias coletivas, fim das horas extras e jornada menor durante a crise, a resposta será outra", emendou.

Para ele, a redução da jornada e dos salários não é uma forma positiva de enfrentar a crise, pois acaba por diminuir também o consumo e, conseqüentemente, o crescimento econômico. "A mesma pesquisa mostra que a maioria [51,1%] acredita que a situação do emprego vai melhorar nos próximos seis meses. A maior parte dos consultados acha que a crise é passageira e que o governo está agindo para superá-la", observou.

A favor de acordos que reduzam jornada e salários durante a crise está o presidente da Força Sindical, o deputado federal Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), o Paulinho. "Se a empresa está em situação ruim, o trabalhador prefere fazer um acordo a perder o emprego", disse. Ainda assim, ele ressalta que os trabalhadores devem ser consultados sobre a proposta e decidir em assembleia se a aceitam ou rejeitam.

Acordos temporários

O economista do Ibmec Alexandre Jorge Chaia descarta a existência de pressão, por parte das empresas sobre os trabalhadores, para que sejam fechados acordos nesse sentido. Ele avalia que os acordos são temporários e assim que a economia retomar o nível de atividade, a demanda vai crescer e os salários voltarão aos patamares anteriores à crise.

“Os números da pesquisa refletem a preocupação da força de trabalho com a manutenção do emprego. As pessoas preferem receber menos do que perder o emprego”, argumentou Chaia.

Já o professor do Instituto de Economia da Unicamp Claudio Dedecca acredita que a redução da jornada e dos salários é uma solução confortável para as empresas, pois não gera custos para demitir o trabalhador e mantém a rentabilidade.

“O desemprego é muito duro e a pressão para que se aceite qualquer tipo de acordo com o objetivo de preservar o emprego é muito grande”, afirmou Dedecca. “Do ponto de vista do trabalhador, perder o emprego em uma situação dessa é péssimo. Então, obviamente ele está disposto a aceitar esse tipo de acordo”, acrescentou.

Dedecca também avalia a medida como inócua, pois a diminuição do salário acaba afetando o consumo. Na avaliação do professor da Unicamp, é possível terminar o ano de 2009 com estabilidade no emprego – desde que o governo continue a tomar medidas para enfrentar a crise, como a desobstrução do crédito, a redução dos juros e a manutenção dos investimentos. “Essas iniciativas, se bem adotadas, podem garantir um crescimento da economia de 3%, que permite a manutenção da taxa de desemprego nos níveis atuais”, analisou.

INDÚSTRIA TEM QUEDA RECORDE DE HORAS TRABALHADAS EM DEZEMBRO

04/02/2009 – Gazeta do Povo

A queda de 8% nas horas trabalhadas na indústria, verificada em dezembro na comparação com novembro, é o pior desempenho mensal para este dado desde 2003, quando foi iniciada a atual série histórica dos indicadores industriais da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

“Esses 8% estão fora do padrão da série. São quase quatro vezes maior do que o recorde anterior”, disse o economista-chefe da CNI, Flávio Castelo Branco. Antes desta marca, a maior redução porcentual era a de novembro de 2008, com queda de 1,7% nas horas trabalhadas sobre outubro.

Castelo Branco também destacou que o conjunto de dados do último trimestre de 2008, comparado com o trimestre anterior, representa o pior desempenho da indústria desde o início da série histórica em 2003.

Para evitar que a crise se agrave, o presidente da CNI, Armando Monteiro Neto, defende que o Banco Central dê mais agilidade às suas decisões relativas à taxa básica de juros. Para ele, há espaço, ainda no primeiro semestre, para que a Selic, hoje em 12,75% ao ano, atinja 1 dígito.

“O prazo de 45 dias entre uma reunião e outra do Copom (Comitê de Política Monetária) é muito longo”, disse Monteiro Neto, defendendo que os encontros voltem a ocorrer a cada 30 dias ou que o BC volte a utilizar o instrumento do viés de baixa.

"O BC está dançando em um ritmo diferente do da economia. Precisa ser mais ágil", afirmou Monteiro Neto, que também defendeu a redução do spread bancário (diferença entre o juro do crédito e o custo de captação dos recursos pelos bancos) e que o governo acelere o anúncio do pacote para incentivar a construção civil e a habitação.

CUT E PEQUENAS INDÚSTRIAS FAZEM ACORDO PARA MANTER EMPREGOS

04/02/2009 – Gazeta do Povo

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) anunciou ontem acordo para manutenção de empregos com a Associação Nacional dos Sindicatos da Micro e Pequena Indústria (Assimpi), setor que representa pequenas indústrias com até 50 empregados em todo o país.

O protocolo depende da aceitação dos governos federal, estadual e municipal para funcionar. Entre as propostas, CUT e Assimpi vão pedir a redução do PIS/Cofins, ICMS e ISS, tributos com alíquotas médias de, respectivamente, 10%, 18% e 5%. Segundo a Assimpi, a criação do Simples Nacional aboliu uma série de benefícios a que as micro e pequenas empresas tinham direito. "Queremos recompor esses benefícios", diz o presidente da Assimpi, Joseph Couri.

As entidades pedem também a renegociação das dívidas das micro e pequenas empresas. A CUT já havia sugerido ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva a criação de um plano de renegociação das dívidas das micro e pequenas empresas com os bancos públicos e privados e vai retomar o assunto na próxima reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), no dia 16 de fevereiro. O foco dessa medida está, principalmente, nas dívidas tributárias.

Se as propostas forem aceitas pelos governos federal, estadual e municipal, as empresas que forem beneficiadas se comprometem a manter o nível de emprego registrado no dia 30 de janeiro por quatro meses.

CUT e Assimpi querem também o aumento do acesso da pequena indústria aos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio de linhas com juros menores e prazos mais longos.

DESEMPREGO CRESCE PELO 2.º MÊS SEGUIDO NAS FÁBRICAS, DIZ CNI

04/02/2009 – Gazeta do Povo

Uma das áreas mais afetadas pela crise, a indústria registrou queda no nível de emprego pelo segundo mês consecutivo, segundo dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Entre novembro e dezembro, o número de pessoas empregadas no setor recuou 0,5%, já descontada a influência de fatores sazonais.

Desde setembro de 2005 a pesquisa da CNI não apontava queda nesse indicador por dois meses seguidos. O número de horas trabalhadas, que costuma variar de acordo com o nível da produção, caiu 8% em dezembro, fazendo com que o resultado acumulado ao longo de 2008 recuasse 6,8%.

Já a massa salarial – total de salários pagos aos funcionários do setor – caiu 0,2% entre dezembro de 2008 e o mesmo mês de 2007, já descontada a inflação do período.

O levantamento é feito em 12 estados que, segundo a CNI, representam 94% do Produto Interno Bruto (PIB) da indústria. O presidente da entidade, o deputado federal Armando Monteiro Neto (PTB-PE), disse que os números comprovam que a indústria passa por forte desaceleração e aproveitou para criticar o Banco Central, devido ao nível das taxas de juros praticadas no país.

"A política monetária está atrasada em relação a esse processo. O Banco Central está dançando em um ritmo diferente da nossa economia. É preciso um movimento mais ágil para evitar o agravamento desse quadro", disse. No mês passado, o BC reduziu a taxa Selic pela primeira vez desde 2007, fixando-a em 12,75% ao ano. Mesmo assim, foi criticado por empresários por não ter tomado essa decisão ainda no fim de 2008.

GM ANUNCIA COLETIVAS PARA MIL EM SP

04/02/2009 – Gazeta do Povo

A General Motors comunicou que concederá novo período de férias coletivas para funcionários da unidade de São José dos Campos (SP), segundo informação do Sindicato dos Metalúrgicos local. O comunicado prevê período de férias coletivas, entre os dias 16 de fevereiro e 17 de março de 2009, para os funcionários do Powertrain 1 e 2, que é o setor de fabricação de motores e transmissão.

O sindicato estima em mil o número de metalúrgicos atingidos pela medida, o que não é confirmado pela montadora.

Este é o sétimo anúncio de férias coletivas feito pela empresa, desde setembro do ano passado, segundo os comunicados do sindicato. O último anúncio ocorreu no último dia 23 de janeiro, e envolveu os funcionários do CKD, setor que produz veículos desmontados para exportação.

GM AJUSTA PRODUÇÃO E PREVÊ JURO MENOR

04/02/2009 – Valor Econômico

O presidente da General Motors do Brasil, Jaime Ardila, não conta com a prorrogação do IPI menor. O fim do benefício está marcado para 31 de março. Mas ele leva muito em consideração a "boa disposição do governo" em reduzir a taxa básica de juros. Com a volta de um crédito farto, a companhia e o mercado poderão continuar no ritmo atual, ajustado depois da crise. Para isso, a montadora deverá ainda dispensar 1,6 mil empregados temporários que estão em casa, em licença remunerada.

Terceira no mercado brasileiro de veículos, a GM acaba de ajustar a sua produção a dois turnos em todas as fábricas, do Brasil e da Argentina. Para isso, teve de dispensar os 477 temporários que formavam o terceiro turno em São José dos Campos (SP). Ainda falta a turma contratada da mesma forma em São Caetano do Sul (SP).

Com esse ajuste, a empresa está apta a acompanhar um ritmo que deverá levar o Brasil, segundo cálculos de Ardila, a um mercado interno de 2,4 milhões de veículos este ano. Isso representa uma queda de 14% em relação ao total do ano passado. Ou seja, um turno a menos nas fábricas.

Como imagina que as coisas vão melhorar a partir de 2010, Ardila providenciou para todos os temporários que tinham contrato de um ano cartas nas quais a companhia se compromete a chamá-los quando as coisas melhorarem. Os contratos dos 1,6 mil temporários de São Caetano terminam no fim de março. "É muito frustrante ter de dispensar trabalhadores bons, que foram treinados, preparados", diz.

Ardila completa estes dias um ano de presidência na GM do Brasil. "Em um ano tivemos o melhor e o pior mercado", destaca. O executivo assumiu o posto no auge do crescimento de vendas, mas enfrentou o oposto no final do ano. Depois do baque dos dois últimos meses de 2008, janeiro, por fim, não foi tão ruim como poderia ter sido, na opinião do executivo.

Como pano de fundo da ligeira recuperação do mercado nesse começo de ano, ele aponta "um conjunto de fatores", que vão da redução do IPI a um quadro de crédito melhor. Tanto que a empresa acaba de desistir de dar férias coletivas na fábrica de Gravataí (RS).

O IPI pode até subir de novo desde que o governo providencie outras formas de estímulo nas vendas de automóveis no restante do ano, segundo estimativas de Ardila. "Estou assumindo que vamos ter outros estímulos, outras medidas, como linhas de crédito até o fim do ano", destaca.

Para o executivo, "a disposição do governo é muito boa". Por isso ele acredita em mais redução de juros. "Se os países ricos já estão com juro próximo de zero, o Brasil não pode continuar com taxas de 12%", destaca Ardila.

Mas se o mercado interno começa a reagir, o mesmo não acontece com as exportações. A GM chegou a enviar os carros que produz no Brasil para mais de 40 países. Hoje conta com não mais do que meia dúzia de destinos e a previsão é que a receita com vendas externas, que somou US\$ 1,6 bilhão em 2008, caia para menor de US\$ 1 bilhão este ano.

Para Ardila, se de um lado o controle da crise mundial não cabe ao Brasil, por outro o país tem condições de "mitigar o impacto" da recessão no planeta por meio do aumento das condições de financiamento, redução de juros e investimentos públicos, principalmente em infraestrutura. "O país não vai crescer 5% ou 6%, mas pode chegar a taxas razoáveis", destaca Ardila.

Não cabe só ao Brasil ajustar a produção de veículos. O presidente da GM diz que a indústria automobilística de todo o planeta passará por um período de consolidação. Isso significa novas alianças entre as montadoras. O setor trabalha com capacidade de produção anual de 90 milhões de veículos. Mas o planeta consumia 60 milhões antes da crise. "Se as empresas se juntarem a capacidade excedente tende a diminuir", diz.

Nos EUA, chegou-se a cogitar uma parceria entre GM e Chrysler. Mas, diante das dificuldades financeiras de ambas, o acordo não aconteceu. A Chrysler acabou indo para o controle da Fiat. Para Ardila, o pior da crise da GM nos Estados Unidos já passou. A montadora já dispõe da ajuda de US\$ 13,4 bilhões liberada pelo governo. "Agora virá efetivamente a fase da recuperação", afirma.

Para Ardila, o maior problema da GM nos EUA foi ter sido pega pela crise nos preços do petróleo em um momento em que não poderia mudar a produção de carros grandes para pequenos. "Com custos trabalhistas muito altos, não era possível tentar

ganhar dinheiro com a produção de carros pequenos", afirma. Agora, a companhia tem de obrigatoriamente começar a fabricar modelos mais econômicos imediatamente.

O presidente da filial brasileira faz questão de salientar que os investimentos no país são feitos com o dinheiro ganho internamente. Há pelo menos três lançamentos de produtos previstos para o ano, além do Captiva, o utilitário esportivo fabricado no México, que acaba de ser lançado. A subsidiária aguarda sinal verde da matriz para poder investir ainda mais para renovar os carros nos próximos três anos.

QUEDA NA PRODUÇÃO BRASILEIRA EM DEZEMBRO É A MAIOR DA HISTÓRIA

04/02/2009 – Gazeta do Povo

Para quem ainda tinha dúvidas sobre a extensão da crise financeira, o resultado da produção industrial em dezembro de 2008, divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não deixa margem a interpretações. O setor teve uma retração de 14,5%, na comparação com dezembro de 2007, e produziu 12,4% menos do que em novembro de 2008. A queda é a mais aguda da série histórica do IBGE, que começou em 1991.

Uma retração forte em dezembro já era esperada, mas ela ficou acima até das previsões mais pessimistas – que indicavam produção 10% menor do que em novembro. “A queda foi intensa, mostra uma mudança brusca na atividade econômica”, diz o economista Tomás Goulart, da Modal Asset Management. “Partimos de um terceiro trimestre com crescimento de 6,5% ao ano para um quarto trimestre de retração de 2% ou mais.”

O resultado da indústria revela que a crise se espalhou rapidamente pela economia. Dos 27 segmentos pesquisados, 23 apresentaram sinal negativo na comparação com dezembro de 2007. As maiores quedas foram verificadas nas áreas de material eletrônico (-60,3%), veículos automotores (-49,5%), borracha e plástico (-31%), e máquinas e equipamentos para escritório (-30%). “Era esperado que as indústrias de bens duráveis, como veículos, tivessem parado em dezembro. Mas a pesquisa mostra queda acentuada também em bens de capital, como máquinas, e em bens intermediários”, aponta Júlio Hegedus, economista-chefe da consultoria Lopes Filho e Associados.

Com os novos números nas mãos, os analistas começam a refazer as contas para o crescimento do PIB em 2008 e 2009. É provável que o produto tenha encolhido entre 2% e 3% no último trimestre do ano passado, o que levaria o resultado anual para a casa dos 5% – abaixo dos 5,8% que eram esperados. Para 2009, o mercado previa até segunda-feira, segundo a pesquisa semanal do Banco Central, expansão de 1,8%. Agora, os economistas trabalham com a possibilidade de haver mais uma queda da indústria em janeiro e até de PIB negativo no primeiro trimestre, o que poderia reduzir ainda mais a projeção para o ano.

A Gradual Investimentos, por exemplo, reduziu suas projeções para o PIB. No quarto trimestre, a aposta caiu de -1,66% para -2,25%. A economista da Mauá Investimentos Cassiana Fernandez também iniciou o processo de revisão das projeções para o PIB do quarto trimestre de 2008, de -1,8% para algo mais próximo de -2%. “Está ocorrendo um choque de demanda e isso é realmente algo sem precedentes, é algo que assusta”, avaliou.

Janeiro

Segundo analistas, a produção industrial provavelmente vai apresentar nova redução em janeiro em relação a dezembro. Para o superintendente da Área de Pesquisas Econômicas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Ernani Torres Filho, porém, a diminuição da produção industrial em janeiro não deve ser tão forte quanto a de dezembro. "Em dezembro teve redução forte. Mas não é para assustar, nem se deve fazer projeções com base nisso, porque é um ajuste de estoque da economia que não é só no Brasil, está acontecendo no mundo todo."

A redução de estoques ainda não está terminada. Segundo a Sondagem da Indústria de Transformação da Fundação Getulio Vargas (FGV) de janeiro, 21,8% das empresas entrevistadas classificaram seus estoques como excessivos. O percentual foi o maior desde julho de 2003 e ficou acima do de dezembro, que foi de 21%.

O professor da PUC-RJ e economista-chefe da Opus Gestão de Recursos, José Márcio Camargo, comenta que a produção é financiada pelos bancos e, com a crise, está faltando capital de giro para várias empresas manterem a produção e o nível de emprego. "Isso aconteceu em outubro, novembro, dezembro e provavelmente janeiro." Para ele, a queda do nível de utilização da capacidade industrial captada pela FGV de dezembro para janeiro – de 79,9% para 78% na série com ajuste – significa queda da produção no primeiro mês de 2009.

INDÚSTRIA TEVE QUEDA DE 12,4% EM DEZEMBRO

04/02/2009 – O Estado do Parana

A indústria "pisou fundo" no freio em dezembro, conforme os dados apresentados ontem pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). No último mês de 2008, o setor registrou queda de 12,4% frente a novembro, na série com ajuste sazonal. Foi o terceiro resultado negativo consecutivo nessa comparação, acumulando perda de 19,8% de setembro a dezembro.

Em relação a dezembro de 2007, o decréscimo foi de 14,5% contra os 6,4% registrados em novembro. Com isso, o resultado para o fechamento do ano ficou em 3,1%, bem abaixo do resultado acumulado até setembro (6,4%). A produção no último trimestre de 2008 recuou 9,4% na comparação com o período imediatamente anterior e 6,2% em relação ao quarto trimestre de 2007.

A redução de 12,4% observada na passagem de novembro para dezembro de 2008 foi a mais acentuada da série histórica (iniciada em 1991), e levou o patamar de produção ao nível observado em março de 2004, segundo a economista da coordenação de indústria do IBGE, Isabella Nunes.

Segundo ela, os recuos foram generalizados, abrangendo 25 de 27 setores na comparação com novembro e 23 de 27 setores ante dezembro de 2007. Foi o maior número de segmentos em queda já registrado na pesquisa, nas duas bases de comparação.

"Há um quadro generalizado de queda, como reflexo do agravamento da crise", disse Isabella. Segundo ela, apesar dos declínios generalizados, os segmentos mais afetados estiveram vinculados ao crédito, como bens duráveis e máquinas e equipamentos e também às exportações de commodities.

Ainda em relação ao mês de novembro, a desaceleração da atividade industrial se acentuou em dezembro, como confirmam os índices por categorias de uso, com destaque para bens de consumo duráveis (-20,4% em novembro e 34,3% em dezembro) e bens de capital (-3,9% e 22,2%), cujas quedas foram recordes.

Em bens intermediários (-4,0% e -12,1%), o resultado de dezembro foi o menor desde os 13,5% de maio de 1995 e o quinto recuo consecutivo, acumulando perda de 20,6% entre julho e dezembro; e em bens de consumo semi e não duráveis (-1,0% e 4,2%), a taxa de dezembro foi a menor desde os 4,6% de fevereiro de 2005.

O quadro - diz o IBGE - evidencia o aprofundamento do ritmo de queda e um alargamento do conjunto de segmentos com taxas negativas, como mostra o índice de difusão: 70% dos 755 produtos investigados apresentaram recuo na produção, nível recorde na série histórica desse indicador, mesmo com a diferença de dois dias úteis a mais em dezembro de 2008 em relação a igual mês de 2007.

Nessa comparação, 23 dos 27 ramos pesquisados apresentaram queda com o maior impacto na formação da taxa global vindo de veículos automotores (-49,5%), seguido por material eletrônico e equipamentos de comunicações (-60,3%), outros produtos químicos (-21,8%), metalurgia básica (-24,5%), indústrias extrativas (-21,3%) e borracha e plástico (-31,1%). Vale ressaltar a manutenção de férias coletivas em alguns destes segmentos, particularmente no automobilístico, setor de forte relação intra-industrial.

Revisão

O IBGE divulgou ontem uma revisão significativa no resultado da produção industrial de novembro ante outubro de 2008, que passou de uma queda de 5,2% apresentada anteriormente para um recuo de 7,2%.

Também foi revisado o resultado de outubro ante setembro de 2008 (-2,8% para -1,4%) e de setembro ante agosto (crescimento de 1,8% para 1,4%). Houve revisão também no resultado de novembro ante novembro de 2007, de -6,2% para -6,4%.

LULA ADMITE RETRAÇÃO ECONÔMICA APÓS QUEDA DA INDÚSTRIA

04/02/2009 – Gazeta do Povo

Ao comentar a queda recorde da produção industrial em dezembro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva admitiu nesta terça-feira que a economia brasileira deve passar por um período de retração.

"Eu acho que a pesquisa industrial em dezembro, mais do que em outros meses, sempre cai mais. Eu trabalho com a hipótese de que nós poderemos ter uma retração na economia brasileira, mas não acredito que o Brasil sofra o mal que estão sofrendo os países desenvolvidos", disse Lula a jornalistas.

Em dezembro, a indústria brasileira sofreu a queda mais acentuada da produção já registrada, reflexo da retração da demanda em meio à crise financeira mundial. A queda foi de 12,4 por cento em dezembro na comparação com novembro e de 14,5 por cento em relação a dezembro de 2007.

O presidente também previu dificuldades neste primeiro trimestre do ano. "Nos meses de janeiro, fevereiro e março a gente pode ter alguns problemas, mas estou

convencido que, se tem algum país no mundo preparado para a economia se recuperar mais rapidamente, este país é o Brasil", acrescentou em cerimônia de anúncio de recursos na favela Dona Marta, no Rio de Janeiro.

Ele explicou que o recente aporte federal no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de 100 bilhões de reais destinado a empréstimos ao setor privado, as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o plano de investimentos da Petrobras vão manter a economia em atividade.

"Estou convencido que no decorrer do ano, parte do prejuízo que tivemos em dezembro será compensado", afirmou.

O presidente confirmou, sem detalhar, que vai incluir os investimentos do pré-sal no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

"Vamos manter o calendário de investimentos da Petrobras. Quem estiver apostando que o Brasil vai quebrar, vai quebrar a cara", declarou.

Sobre o novo recorde de avaliação de seu governo medido pela pesquisa CNT/Sensus, disse apenas que "retrata o momento político que estamos vivendo".

A sondagem mostrou que a avaliação positiva do governo saltou para 72,5 por cento, recorde do instituto, enquanto o desempenho pessoal do presidente foi aprovado por 84 por cento.

Lula disse ainda que recebeu com naturalidade a eleição de Michel Temer (PMDB-SP) para a presidência da Câmara e de José Sarney (PMDB-AP), no Senado. Chamou o partido de parceiro e disse que tem bom relacionamento com os dois parlamentares.

"Tenho a melhor relação do mundo com Sarney e Temer", disse.

Antes, Lula foi à favela de Manguinhos inaugurar uma escola, onde prometeu a construção de 500 mil casas populares.

JUROS DEVEM CAIR MAIS RAPIDAMENTE

04/02/2009 – Gazeta do Povo

O tombo recorde da indústria em dezembro e a falta de sinais de recuperação da demanda devem levar a uma redução mais rápida da taxa básica de juros, a Selic. Em janeiro, o Banco Central fez um corte de 1 ponto porcentual, levando a taxa para 12,75% ao ano.

Para o economista-chefe da LCA Consultores, Bráulio Borges, o BC "tem espaço de sobra" para cortar os juros na próxima reunião, em 10 e 11 de março. Ele conta com mais uma queda de 1 ponto porcentual. Para 2009, a perspectiva é de um corte total de 2,5 pontos porcentuais. O economista-chefe da Lopes Filho e Associados, Júlio Hegedus, também avalia que haverá um corte de 1 ponto em março, em uma tentativa de reverter a expectativa negativa que se instalou no início de 2009.

O professor de economia do Isae/FGV Alivinio Almeida defende que a ação contra a crise vá além da redução de juros pelo BC. "As medidas pontuais adotadas pelo governo até agora defenderam os setores mais atingidos, mas isso é pouco para garantir uma arrancada depois da crise", diz. "Há agora a necessidade de estímulos

gerais para exportações, investimento em infraestrutura e outras medidas de médio prazo." (GO)

AJUSTES PROSSEGUEM APÓS QUEDA RECORDE DA INDÚSTRIA

04/02/2009 – Valor Econômico

A demanda interna parou de sustentar o crescimento brasileiro no fim de 2008 e início deste ano. A produção industrial caiu 12,4% em dezembro na comparação com novembro, já descontados os fatores sazonais, e 14,5% em relação a dezembro de 2007, quedas recordes na série estatística do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A retração foi generalizada e 70% dos 755 produtos investigados apresentaram recuo na produção - outro recorde negativo.

As primeiras informações de janeiro e os relatos de empresários ouvidos pelo Valor indicam que para alguns setores o mês de dezembro pode ter sido o fundo do poço, mas para outros o processo de ajuste na produção se manteve. Os dados de licenciamento de veículos e de expedição de aço apontam pequena recuperação na produção de automóveis em janeiro na comparação com dezembro, mas queda em relação ao início de 2008. No setor de eletroeletrônicos, as encomendas mostraram um janeiro ainda mais fraco que o fim do ano passado. No setor de autopeças, mais empresas anunciaram férias coletivas e acordos de redução de jornada e salários.

O tombo da indústria em dezembro - produção 19,8% inferior à de setembro, já descontados fatores sazonais - levou à revisão das projeções para o Produto Interno Bruto (PIB) do último trimestre de 2008 e também deste ano. As estimativas para o quarto trimestre são de uma queda superior a 2% em relação ao período imediatamente anterior. Essa "herança" vai contaminar o resultado de 2009. Ontem, alguns analistas já começaram a projetar um PIB negativo (de até menos 0,4%) para este ano. Se isso ocorrer, será a primeira queda anual desde 1992.

Entre os números desastrosos da indústria em dezembro, o mais emblemático é a queda de 22% na produção de bens de capital na comparação com o mesmo mês de 2007. Ele confirma que a crise financeira interrompeu o melhor e maior ciclo de investimentos dos últimos anos no país.

MONTADORAS DOS EUA PAGAM PARA FUNCIONÁRIO PEDIR DEMISSÃO

03/02/2009 – Gazeta do Povo

A General Motors e a Chrysler estão oferecendo uma nova rodada de incentivos para trabalhadores que aceitem se aposentar ou demitir, o que inclui vales para a compra de carros e dinheiro vivo. O objetivo das empresas é reduzir a sua folha de pagamento e os seus estoques.

A GM oferece aos seus funcionários que recebem por hora um cheque de US\$ 20 mil e um vale de US\$ 25 mil para a compra de um veículo, disse um sindicalista do setor nesta segunda-feira (2).

A GM, maior indústria automobilística dos EUA, não quis comentar a notícia.

O programa de Chrysler oferece aos trabalhadores em condições de se aposentar um valor de US\$ 50 mil e um voucher de US\$ 25 mil para a compra de um veículo da empresa, segundo uma pessoa com conhecimento direto das ofertas.

Funcionários que optarem por deixar a Chrysler sem direito a plano de saúde para aposentados recebem um bônus de US\$ 75 mil, além do vale de US\$ 25 mil para o carro, segundo essa pessoa.

A GM notificou os sindicatos do plano na segunda-feira (2), segundo o sindicalista, acrescentando que o governo dos EUA impôs certas restrições, como o uso de fundos de pensão para pagar os benefícios.

Dois outros sindicalistas ligados à GM disseram ter sido informados sobre o programa de estímulo a demissões, mas ainda não receberam detalhes.

Tanto a GM quanto a Chrysler estão sob pressão para alcançar certas metas de cortes, o que inclui gastos com folhas de pagamento e reestruturação de dívidas, até 17 de fevereiro. As exigências constavam na ajuda emergencial concedida pelo governo às duas empresas.

A Chrysler disse em nota que a situação do mercado automobilístico dos EUA levou a empresa a oferecer uma nova rodada do pacote de estímulo a demissões ou aposentadorias para seus funcionários sindicalizados.

"Diante das condições econômicas e mercadológicas difíceis nos EUA, a Chrysler LLC determinou em dezembro de 2008 que iria oferecer uma outra fase dos Programas Especiais", disse Shawn Morgan, porta-voz da empresa. "O período de escolha para a maioria dos empregados qualificados e não-qualificados que ganham por hora é entre 2 e 25 de fevereiro."

METAIS DÃO PRIMEIROS INDÍCIOS DE REAÇÃO

04/02/2009 – Valor Econômico

O preço do cobre avançou ontem pelo segundo dia consecutivo em meio à expectativa de que a indústria dos Estados Unidos possa retomar as compras de metais. Os rumores ganharam força com a divulgação do índice de encomendas por parte da indústria, que subiram no mês passado pela primeira vez desde agosto, assim como o índice de vendas de casas, subiu 6,3% em dezembro.

Em relatório, o Goldman Sachs afirmou que o cobre deverá ser o primeiro metal a sentir uma valorização dos preços, causada pela estabilização da demanda.

Ontem, na Bolsa de Metais de Londres (LME), o cobre para entrega em três meses subiu 2,57%, para US\$ 3.231 a tonelada. No ano, a valorização é de 10,09%. Já o alumínio segue em baixa de 8,25% no ano. No pregão de ontem, a commodity terminou o dia cotada a US\$ 1.373,50 a tonelada, em alta de 2,01% na comparação com o dia anterior.

O petróleo também terminou o dia com leve valorização, motivada pelo corte de produção por parte da Opep. Em Nova York, o barril tipo WTI, com entrega em março, fechou o dia cotado a US\$ 40,78, uma alta de US\$ 0,70. O barril do Brent para o mesmo mês encerrou o dia com alta de US\$ 0,26, a US\$ 44,08. (Com informações do Valor Online)

SÚMULA VINCULANTE PERMITE REDUÇÃO DE DÍVIDAS PARCELADAS

04/02/2009 – Valor Econômico

A demanda de empresas interessadas em utilizar uma brecha jurídica para reduzir os valores pagos em programas de parcelamento de dívidas tributárias ao qual aderiram - e que até o início da crise financeira era considerada restrita por tributaristas - aumenta nos escritórios de advocacia. As bancas vêm recebendo uma grande quantidade de consultas de companhias interessadas em diminuir as parcelas de dívidas previdenciárias pagas mensalmente ou até em reaver, por meio de créditos, valores já recolhidos em parcelamentos fiscais no passado.

A brecha encontrada por tributaristas decorre de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que em junho do ano passado decidiu que o prazo para a cobrança de débitos de contribuições previdenciárias é de cinco anos - e não de dez, como vinha sendo praticado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A decisão se tornou a Súmula Vinculante nº 8 do Supremo, o que significa que deve ser seguida por todo o Judiciário e pelo poder público. Ainda que o Supremo tenha modulado os efeitos da decisão - ou seja, definido que os cinco anos passam a valer a partir da data do julgamento, em 11 de junho de 2008, e sejam aplicados apenas para os débitos que já estavam em discussão na Justiça ou na via administrativa -, advogados acreditam que, nos casos de parcelamentos, os valores que extrapolam esses cinco anos não poderiam ser recebidos pelo fisco.

Ainda que a tese seja nova, as primeiras decisões de mérito favoráveis aos contribuintes começam a aparecer na Justiça, algumas já proferidas por tribunais regionais federais (TRFs), além de várias liminares que suspendem o pagamento das parcelas. A rapidez decorre do fato de que muitas empresas já estavam com ações na Justiça questionando sua exclusão de parcelamentos. E essas decisões têm servido de precedente para os demais casos, segundo a advogada Valdirene Lopes Franhani, do escritório Braga & Marafon. Para ela, a Justiça deve excluir todo o valor prescrito - ou seja, que supere os cinco anos - do total do parcelamento em curso, já que esse pagamento está em aberto. "Não há como saber que parcela equivaleria a que parte da dívida, e por isso, como a empresa ainda está pagando, o total que decaiu deve ser descontado", afirma.

Em uma sentença da 1ª Vara Federal de Santo André, na região metropolitana de São Paulo, publicada no início deste mês, foi justamente esse o entendimento que predominou: de que todo o valor em decadência deveria ser excluído do parcelamento. Com a decisão, a empresa pode eliminar cerca de 80% do valor total do seu parcelamento, segundo o advogado que a assessora, Vanderlei Menezes, do escritório Pires Martins e Lago Advogados. No caso da empresa, o INSS cobrou em 2006 dívidas previdenciárias contraídas de 1998 a 2003. No mesmo ano a companhia entrou no Paex para parcelar o valor devido. Com o novo prazo de cobrança definido pelo Supremo, o juiz entendeu que os valores anteriores a 2001 decaíram, concedendo um prazo de 30 dias para que a Fazenda exclua do total do parcelamento o valor em decadência. Até que sejam feitos novos cálculos, o juiz manteve uma liminar que suspendia a cobrança das parcelas. "Tivemos que ir à Justiça, já que o contribuinte teria seu pedido de revisão dos valores negado pelo fisco", afirma o advogado. Ainda cabe recurso da decisão.

Até que haja uma decisão definitiva sobre a disputa, o embate entre o fisco e os contribuintes no Judiciário não deverá ser fácil. O procurador-adjunto Fabrício da Soller, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), afirma que o órgão deve recorrer das decisões que determinarem a exclusão de todo o valor prescrito dos parcelamentos, mesmo se essas parcelas já tiverem sido pagas. "Essas decisões estão

em desacordo com a decisão do Supremo, que estabeleceu que os recolhimentos feitos antes da data do julgamento não precisam ser devolvidos", afirma. A procuradoria se baseia no artigo 163 do Código Tributário Nacional (CTN), que entende que as parcelas são pagas na ordem crescente dos prazos de prescrição. Já com relação a empresas que ainda pagam parcelas de dívidas já prescritas, Da Soller afirma que os valores cobrados desde a data do julgamento serão devolvidos por meio de créditos ou os contribuintes serão restituídos. Porém, admite que, apesar de a Receita Federal do Brasil e a PGFN estarem trabalhando nesse sentido, ainda não há uma uniformização de como esse procedimento funcionará na prática. Nesses casos, mesmo havendo uma confissão de dívida obrigatória do contribuinte para participar de programas de parcelamento de dívidas, isso não deverá ser um empecilho para que as empresas recebam os créditos das parcelas pagas após o julgamento. Isso porque, segundo o parecer da PGFN sobre o assunto, a procuradoria admite que a súmula do Supremo seria superior a essa confissão.

Esse também tem sido o posicionamento predominante na Justiça. Em uma decisão do TRF da 5ª Região, publicada no fim do ano passado, o desembargador Frederico Azevedo entendeu que, com a súmula vinculante do Supremo que declarou inconstitucional os artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212, de 1991, que estabeleciam o prazo de dez anos, fica valendo a prescrição prevista no artigo 174 do CTN, de cinco anos - mesmo com a confissão da dívida pelo devedor, que deveria suspender o prazo, mas que perdeu o efeito com a súmula. O caso envolve uma importadora que entrou no País em setembro de 2004 para parcelar uma dívida de 1996 - e portanto acima do prazo de cinco anos. O desembargador extinguiu a dívida, mesmo com relação às parcelas pagas. Ainda cabe recurso da decisão.

REGULAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL: CÂMARA PROMETE SANAR LACUNAS

04/02/2009 – Agência Câmara – COAD online

O presidente da Câmara, Michel Temer, anunciou ao tomar posse que pretende concluir em seu mandato a regulamentação da Constituição Federal. Para ele, essa é a melhor forma de evitar eventuais invasões de competência por parte do Judiciário. Segundo o Centro de Documentação e Informação da Câmara, 142 dispositivos da Constituição pedem expressamente uma lei ordinária ou complementar, que até hoje não veio, para detalhar as regras sobre determinado tema.

O deputado Flávio Dino (PCdoB-MA) destaca a importância da iniciativa de Michel Temer. "É uma tarefa prioritária. Afinal, a Constituição tem 20 anos e uma série de temas fundamentais acabam sendo regulados por outras instâncias ou resultam em frustrações da sociedade, exatamente pela ausência da edição de leis", afirma.

Como exemplos de temas que precisam de regulamentação, o deputado cita o direito de greve no serviço público e as demissões sem justa causa. Ele avalia que também são necessárias novas leis para regular a magistratura e o sistema financeiro nacional.

Segurança

Flávio Dino considera impossível concluir toda a regulamentação da Constituição nos próximos dois anos. No entanto, ele afirma que seria um "método vitorioso" criar grupos de trabalho com representantes de todos os partidos para analisar cada tema.

"É rigorosamente impossível aprovarmos 140 leis dessa importância em dois anos. Mas é importante a intenção. A experiência que tivemos em relação à segurança

pública nos dois últimos anos foi altamente positiva: em dois anos, conseguimos votar 29 projetos sobre esse tema no Plenário", lembrou.

Ainda de acordo com o Centro de Documentação e Informação, há propostas na Câmara sobre apenas 62 dos 142 dispositivos da Constituição que precisam ser regulamentados.

FONTE: Agência Câmara

Nota - Equipe Técnica ADV: Veja abaixo os dispositivos que precisam de regulamentação.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Dos Direitos e Garantias Fundamentais (5-17)

5º, VI - 5º, VII - 5º, VIII - 5º, XII - 5º, XV - 5º, XVIII - 5º, XXIV - 5º, XXVI - 5º, XXVII - 5º, XXVIII - 5º, XXIX - 5º, XXXI - 5º, XXXII - 5º, XXXIII - 5º, XXXVIII - 5º, XLII - 5º, XLIII - 5º, XLV - 5º, XLVI - 5º, LI - 5º, LVIII - 5º, LXI - 5º, LXXVI - 5º, LXXVII - 7º, I - 7º, IV - 7º, X - 7º, XI - 7º, XII - 7º, XIX - 7º, XX - 7º, XXI - 7º, XXIII - 7º, XXVII - 8º, IV - 8º, VIII - 8º, Parágrafo único - 9º, § 1º - 9º, § 2º - 12, II, a - 14, caput, I, II, III - 14, § 3º, I, II, III, IV, V, VI - 14, § 9º - 14, § 11 - 17, caput IV - 17, § 3º - 17, § 2º.

Da Organização do Estado (18-43)

18, § 2º - 18, §4º - 19, I - 20, II - 20, § 1º - 20, § 2º - 21, caput IV - 21, XI - 22, Parágrafo único - 22, XXVII - 23, Parágrafo único - 25, § 2º - 26, I - 32, § 4º - 33, caput - 33, § 3º - 34, V, b) - 37, I - 37, II - 37, V - 37, VII - 37, VIII - 37, IX - 37, X - 37, XVIII - 37, XIX - 37, XXI - 37, XXII - 37, § 2º - 37, § 3º, I, II e III - 37, § 4º - 37, § 5º - 37, § 7º - 37, § 8º - 37, § 11 - 39, § 1º - 39, § 5º - 39, § 7º - 40, § 1º, I - 40, § 3º - 40, § 8º - 40, § 7º - 40, § 15 - 40, § 4º - 40, § 17 - 40, § 21 - 41, § 1º, III - 42, § 1º - 43, § 1º, I, II - 43, § 2º, I, II, III, IV.

Da Organização dos Poderes (44-135)

45, § 1º - 49, II - 59, Parágrafo único - 71, VIII - 74, § 2º - 79, Parágrafo único - 81, § 1º - 84, XXII - 84, XXV - 85, Parágrafo único - 88 - 90, § 2º - 91, § 2º - 93 caput - 95, Parágrafo único, IV - 98, I - 98, II - 98, § 1º - 100, § 3º, § 4º e § 5º - 102, § 1º - 102, § 3º - 103-A, § 2º - 103-A - 105, II - 107, § 1º - 109, caput, VI - 110, Parágrafo único - 111-A, § 1º - 111-A, § 2º, II - 113 - 114, caput - 121, caput - 122, caput II - 124, caput - 124, Parágrafo único - 125, § 4º - 127, § 2º - 128, § 3º - 128, § 4º - 128, § 5º, II, c, f - 129, caput, VI, VII - 129, I - 129, § 1º - 130-A, § 1º, § 3º e § 5º - 131, caput - 131, § 3º - 133 - 134, § 1º.

Da Defesa do Estados e das Instituições Democráticas (136-144)

136, § 1º - 139, III - 142, § 1º - 142, § 3º, e incisos - 143, caput - 143, § 1º - 143, § 2º - 144, § 1º - 144, § 1º, I - 144, § 2º - 144, § 3º - 144, § 5º - 144, § 7º.

Da Tributação e do Orçamento (145-169)

145, § 1º - 145, caput - 146, caput, I, II, III e Parágrafo único - 146, III, d e Parágrafo único - 146-A - 149, §§ 3º e 4º - 150, VI, c - 150, § 5º - 150, § 6º - 150, § 7º - 153, VII - 153, § 1º - 153, § 2º, I - 153, § 4º, II - 153, § 4º, III - 153, § 5º - 153, § 3º, IV - 155, § 2º, XII - 155 § 1º, III - 155, § 2º, IV - 155, § 2º, XII, h - 155, § 6º - 156, caput, III, § 3º I II - 158, Parágrafo único, II - 159, I, c - 159, III e § 4º - 161, caput I II III - 163, I - 163, II - 163, III - 163, IV - 163, V - 163, VI - 163, VII -

164, § 3º - 165, § 9º, I - 165, § 8º - 169, caput - 169, § 2º - 169, § 3º - 169, § 4º e § 7º.

Da Ordem Econômica e Financeira (170-192)

170, Parágrafo único - 172 - 173, caput - 173, § 3º - 173, § 4º - 173, § 5º - 173, § 1º, - 174, caput - 174, § 1º - 174, § 2º - 174, § 3º, § 4º - 175, caput - 175, Parágrafo único, I, II, III, IV - 176, § 1º - 176, § 2º - 177, § 3º - 177, § 2º - 177, § 1º - 177, § 4º - 178, caput - 178, Parágrafo único - 179 - 182 - 184, caput - 184, § 3º - 185, caput, I - 185, Parágrafo único - 186, caput - 187, caput, I, III, IV, V, VI, VII, VIII - 189, Parágrafo único - 190 - 192.

Da Ordem Social (193-232)

194, Parágrafo único - 195, caput, I, II e §§ 1º e 2º III § 2º - 195, IV - 195, § 3º - 195, § 4º - 195, § 7º - 195, § 8º - 195, § 10 - 195, § 11 - 195, §§ 12 e 13 - 197 - 198, §§ 2º e 3º - 198, § 6º - 198, § 5º - 199, § 3º - 199, § 4º - 200, caput, I, II, III, IV, V, VI, VII VIII - 201, caput, I, II, III, IV, V - 201, § 1º - 201, § 3º - 201, § 4º - 201, § 7º - 201, § 9º - 201, § 10 - 201, § 11 - 201, § 12 - 202, caput e § 1º - 202, § 2º - 202, §§ 4º, 5º e 6º - 203, caput, V - 206, V V - 206, VI - 206, VIII - 206, parágrafo único - 207, § 1º - 212, § 5º - 213, caput, I, II, - 213, § 1º - 214, caput, I, II, III, IV, V - 215, § 2º - 215, § 3º - 216, § 2º - 216, § 3º - 216, § 4º - 217, § 1º - 218, § 4º - 219 - 220, § 3º, I e II - 220, § 4º - 221, III - 222, § 4º - 224 - 225, § 1º, III - 225, § 1º, IV - 225, § 1º, VII - 225, § 2º - 225, § 4º - 225, § 6º - 226, § 8º - 226, § 2º - 226, § 3º - 226, § 6º - 227, § 2º - 227, § 3º, IV - 227, § 3º, VI - 227, § 4º - 227, § 5º - 228 - 231, § 3º - 231, § 6º.

Das Disposições Constitucionais Gerais (233-250)

235 - 236, § 1º - 236, § 2º - 238 - 239, caput - 239, § 4º - 239, § 2º - 241 - 243, caput - 244 - 245 - 249 - 250.

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

ADCT 6º, § 2º - ADCT, 8º, § 3º - ADCT 16, § 3º - ADCT 19, § 3º - ADCT 19, § 1º - ADCT 23, Parágrafo único - ADCT 24 - ADCT 25, caput, I, II - ADCT 29, §§ 1º e 2º - ADCT 30, caput - ADCT 31 - ADCT 34, § 11 - ADCT 43 - ADCT 48 - ADCT 49, caput - ADCT, 49, § 2º - ADCT 50 - ADCT 54, § 3º - ADCT 60, III e VI - ADCT 62 - ADCT 65 - ADCT 66 - ADCT 74, § 1º - ADCT 77, § 2º - ADCT, 79, Parágrafo único - ADCT, 80 caput e § 1º, § 2º - ADCT, 81, § 3º - ADCT, 83 - ADCT 88 - ADCT 91, caput e § 2º.

EMENDAS CONSTITUCIONAIS

Emendas

EC nº 51/06, artigo 2º, Parágrafo único - EC nº 45/04, artigo 3º - EC nº 42/03, artigo 5º - EC nº 41/03, artigo 6º - EC nº 41/03, artigo 7º - EC nº 19/98, artigo 27.

SEGURADO PERDE CARTEIRA DE TRABALHO MAS CONSEGUE SE APOSENTAR

04/02/2009 - Previdência Social - COAD online

concessão de uma aposentadoria por tempo de contribuição, em Contagem, Região Metropolitana de Belo Horizonte, mostrou um dos aspectos mais importantes do reconhecimento automático de direitos previdenciários, que possibilita a concessão de aposentadoria em 30 minutos. Um segurado, que havia perdido a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), conseguiu se aposentar a partir dos dados que constam

do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), sem a necessidade de qualquer prova documental.

O comerciário Milson Vieira de Lourdes, de 61 anos, já havia tido negado um requerimento anterior de aposentadoria por tempo de contribuição, por não conseguir comprovar um vínculo empregatício, em decorrência da perda de sua carteira de trabalho. Com a aprovação da lei complementar 128/2008, o INSS ficou autorizado a considerar as contribuições e vínculos empregatícios existentes no CNIS como prova plena para a concessão do benefício. Essa modificação na legislação permitiu que Milson realizasse o sonho de sua aposentadoria.

“Ele foi à agência, na sexta-feira (30), para obter informações sobre o andamento do seu pedido de aposentadoria por tempo de contribuição. A princípio, ela tinha sido negada, porque um vínculo não havia sido comprovado. Mas com a modificação na lei, pudemos reconhecer o seu direito e reconsiderar a decisão”, conta a chefe do Serviço de Benefícios da Agência da Previdência Social de Contagem, Maria da Conceição Azevedo.

Atualmente, as informações do CNIS são utilizadas como prova para as concessões das aposentadoria por idade (urbana), por tempo de contribuição e do salário-maternidade. Gradualmente, a regra será estendida a todos os benefícios do INSS.

Documentos – Em alguns casos, a lei exige que o INSS peça ao trabalhador documentos para complementar as informações do CNIS. Uma das situações é quando o segurado inclui períodos trabalhados em órgãos públicos. Neste caso é necessário apresentar a Certidão de Contagem de Tempo.

Quando é preciso considerar vínculos e remunerações chamadas de extemporâneas, ou seja, aquelas que foram incluídas no sistema após a data em que o recolhimento deveria ter sido feito, a comprovação é obrigatória.

Se o trabalhador tiver vínculos e remunerações garantidas por ações trabalhistas, também é necessário levar todos os documentos do processo, para que as informações sejam incluídas no sistema.

Outro caso ocorre quando o segurado trabalhou exposto a agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. Para esses é preciso comprovação por meio de laudos técnicos.